

ROBERTO MACEDO

O bêbado e o equilibrista

Está nos jornais mais uma rodada da polêmica entre os "desenvolvimentistas", que enfatizam um papel mais agressivo do governo na promoção do desenvolvimento econômico, e os que põem em primeiro plano a preocupação com a disciplina monetária e fiscal. Nessa rodada, estariam em campos opostos o ministro Pedro Malan, como representante da segunda corrente, e o ex-ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros, hoje na direção do PSDB, como defensor da primeira.

Coloco no condicional porque o que aparece nos jornais são frases isoladas e pinçadas de tal maneira que a polêmica fica exacerbada. Pode ser que as divergências não resistam a uma boa conversa, mas talvez resistam por força de convicções e de personalidades. De qualquer forma, conforme noticiou ontem este jornal, o assunto mereceu até mesmo manifestação do porta-voz do presidente, dizendo que o ministro Malan expressara "a posição do governo". Se o porta-voz afirmasse o contrário, teríamos outro ex-ministro. Se não ficou calado, é sinal de que o governo não vê com bons olhos esse debate no próprio quintal. Quem gosta das disputas entre oposições dentro do governo é a oposição ao governo.

O porta-voz, Georges Lamazière, chamou de falsa a contraposição entre desenvolvimento e estabilidade, reafirmando que não há uma coisa sem a outra. A lógica e a história demonstram isso. No Brasil, o caso mais conhecido é o de Juscelino Kubitschek, que buscou o desenvolvimento, mas se desculpou do equilíbrio fiscal e da disciplina monetária. Criou uma escola de políticos, a dos tocadores de obras a qualquer custo e mesmo sem recursos, financiadas com emissão monetária e dívidas de todo tipo.



Desenvolver com estabilidade é uma arte, privilégio de poucos políticos

Saiu ainda colhendo os frutos do desenvolvimento. A instabilidade amadureceu mais tarde, esteve presente no que foi o desastre do período seguinte, a seqüência que foi de Jânio a Goulart, e deixou sementes das quais brotaram ingredientes da inflação crônica de que nos livramos só em 1994, com o Plano Real. Dos políticos de sua escola não nos livramos até

hoje, pois são muitos os que se formaram nela e os candidatos ao vestibular eleitoral com opção pela mesma linha.

Um país que se empenha no desenvolvimento, mas negligencia o equilíbrio fiscal, pode ser comparado a um bêbado. A liberação alcóólica inicialmente lhe traz contentamento, mas depois vêm os tombos e o porre. No caso, na forma de infla-

ção e de uma fase recessiva.

Já um país que fica só na estabilidade econômica pode ser comparado a um equilibrista de circo. Dá espetáculo e pode até receber aplausos pela sua competência, mas a platéia, depois de aplaudir, quer também sucesso no dia-a-dia de seu trabalho e de sua família. Mesmo o pão, ou o frango, que veio com o equilíbrio – o fim da inflação e da queda do poder aquisitivo da moeda no bolso dos mais pobres – e, assim, distribuído no ato, acaba por não manter os aplausos. A platéia, carente de muitas outras coisas, quer mais. O desenvolvimento é a síntese do que precisa vir.

A lógica, a história e as metáforas servem para mostrar o falso dilema. Já a prática do desenvolvimento combinado com a estabilidade definitiva, que vem da disciplina fiscal e monetária, é uma arte, privilégio de poucos políticos. É natural que ministros ou ex-ministros enfatizem de forma diversa uma coisa e outra, dadas as diferen-

ças de convicções, de formação profissional, da natureza de seus cargos e do que são ou foram chamados a fazer.

Quem tem de harmonizar tudo e todos, buscando a combinação de estabilidade e desenvolvimento, que passa necessariamente pela gestão do governo e de sua equipe, é o presidente. A saída de Mendonça de Barros do governo e o novo batismo de um antigo ministério também com o nome de Desenvolvimento, como indicação de maior equilíbrio entre a busca da estabilidade e do crescimento, não resolveram o problema das oposições que se manifestam dentro do governo e do partido do presidente. Como professor, ele poderia moderar um debate entre elas. Como presidente, sua tarefa é incomparavelmente mais difícil.

Uma das razões é que a estabilidade econômica ainda não está definitivamente assegurada, conforme demonstrado pelo susto que veio na seqüência da desvalorização do real e pelas incertezas que ainda cercam um ajuste fiscal duradouro. Outra razão é que estamos ainda passando por um outro porre, o da valorização, e aumentam as pressões para fazer algo contra o desemprego. Esse porre absorveu as preocupações do governo desde o início do ano, sendo o resultado que a prometida ênfase também no desenvolvimento ainda não se manifestou no segundo mandato de FHC. Mais uma razão é que o governo ainda não encontrou formas concretas de estimular o desenvolvimento sem prejudicar seu empenho na estabilização.

No meio dessas dificuldades, fica clara, entretanto, a prioridade. O dilema pode ser falso, mas o incômodo que a discussão traz para o governo é verdadeiro. É um caso em que a palavra do porta-voz não resolve. O próprio presidente precisa definir o rumo e harmonizar, em torno dele, seus parceiros de governo e de partido.

